

Demonstrações Financeiras

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório da Administração

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia

Possuem o controle compartilhado da ETAU, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) – 52,58%, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”) – 27,42%, DME Energética S.A. (“DME”) – 10% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“CEEE-GT”) – 10%.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2018	2017
Receita operacional líquida	44.605	27.883
EBITDA	28.861	19.416
Margem EBITDA	64,70%	69,63%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	17.635	14.670
Resultado financeiro	2.168	1.779
Imposto de renda e contribuição social	9.057	2.966
Depreciação	1	1
EBITDA	28.861	19.416

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	14.644	5.050
Não circulante	17.155	21.033
Dívida bruta	31.799	26.083
(-) Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados	(12.949)	(11.065)
(=) Dívida líquida	18.850	15.018
Dívida líquida/EBITDA	0,65	0,77

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, que é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.



Política de Qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$103 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15) e a partir de 2019: CPC 06 (R2) (IFRS 16). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2018. A prestação de serviço foi custeada pela controladora Taesa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 3.8 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo o principal efeito o reconhecimento de um de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de 134.148 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 2.4.a), a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$134.148 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iii) obtivemos o apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar nas revisões dos fluxos de caixa projetados, premissas relevantes utilizadas nestas projeções e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ 101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Ativos				Passivos			
Ativos Circulantes				Passivos Circulantes			
Equivalentes de caixa	4	66	2.885	Fornecedores		2.103	747
Títulos e valores mobiliários	5	12.883	4.023	Empréstimos e financiamentos	12	4.609	5.011
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		5.003	4.420	Debêntures	13	10.035	39
Ativo financeiro de concessão	7	-	27.539	Taxas regulamentares		1.632	1.395
Ativo contratual de concessão	8	30.760	-	Impostos e contribuições sociais		5.291	4.319
Impostos e contribuições sociais		78	69	Dividendos a pagar	11	176	11.538
Outras contas a receber		319	288	Outras contas a pagar		871	364
Total dos Ativos Circulantes		49.109	39.224	Total dos Passivos Circulantes		24.717	23.413
Ativos Não Circulantes				Passivos Não Circulantes			
Depósitos vinculados	6	-	4.157	Empréstimos e financiamentos	12	17.155	11.049
Depósitos judiciais		414	482	Debêntures	13	-	9.984
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		264	264	Impostos e contribuições diferidos	9	16.246	13.689
Impostos e contribuições sociais		25	130	Tributos diferidos	10	6.335	5.868
Ativo financeiro de concessão	7	-	105.240	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	14	552	615
Ativo contratual de concessão	8	103.388	-	Outras Contas a Pagar		1.019	635
Intangível		3	4	Total dos Passivos Não Circulantes		41.307	41.840
Outras Contas a Receber		70	65	Total dos Passivos		66.024	65.253
Total dos Ativos Não Circulantes		104.164	110.342	Patrimônio Líquido			
				Capital social		34.895	34.895
				Reserva de lucros		34.895	34.895
				Dividendos adicionais propostos		17.459	14.523
				Total do Patrimônio Líquido	16	87.249	84.313
Total dos Ativos		153.273	149.566	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		153.273	149.566

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	2018	2017
Receita operacional líquida	20	44.605	27.883
Serviços de terceiros		(5.049)	(4.595)
Material		(9.418)	(2.336)
Outras receitas (custos) operacionais, líquidas		191	98
Custos operacionais	21	(14.276)	(6.833)
Lucro bruto		30.329	21.050
Pessoal		(82)	(72)
Serviços de terceiro		(1.219)	(1.315)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(167)	(247)
Despesas administrativas	21	(1.469)	(1.635)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		28.860	19.415
Receitas financeiras		723	1.734
Despesas financeiras		(2.891)	(3.513)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	22	(2.168)	(1.779)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		26.692	17.636
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.499)	(2.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.558)	(332)
Imposto de renda e contribuição social	15	(9.057)	(2.966)
Lucro líquido do exercício		17.635	14.670
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	19	0,50537	0,42040

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>17.635</u>	<u>14.670</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>17.635</u></u>	<u><u>14.670</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		34.895	6.979	27.916	21.391	-	91.181
Dividendos adicionais aprovados - AGO 28/04/2017		-	-	-	(21.391)	-	(21.391)
Lucro do exercício		-	-	-	-	14.670	14.670
Destinação do lucro do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(147)	(147)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	14.523	(14.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15	34.895	6.979	27.916	14.523	-	84.313
Dividendos adicionais aprovados - AGO 28/04/2018		-	-	-	(14.523)	-	(14.523)
Lucro do exercício		-	-	-	-	17.635	17.635
Destinação do lucro do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(176)	(176)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	17.459	(17.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15	34.895	6.979	27.916	17.459	-	87.249

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		17.635	14.670
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Provisão/reversão de riscos trabalhistas e cíveis	14	40	-
Remuneração do ativo financeiro de concessão	7 e 20	-	(13.417)
Remuneração do ativo contratual de concessão	8 e 20	(12.856)	-
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	7 e 20	-	1.126
Correção monetária do ativo contratual de concessão	8 e 20	(9.464)	-
Depreciação e Amortização		1	1
Receita de construção	7,8 e 20	(9.534)	(1.720)
Receita de aplicação financeira	22	(723)	(1.734)
Custo de construção		8.651	
Juros e variações monetárias – Financiamento	12 e 22	1.606	2.019
Juros e variações monetárias líquidas – Debêntures	13 e 22	700	1.071
Tributos diferidos		467	(2)
Imposto de renda e contribuição social	15	9.057	2.966
		<u>5.580</u>	<u>4.980</u>
Variação de ativos e passivos:			
Transferência das contas a rec. de conces. e permissionárias/baixa do ativo financeiro de concessão, líquidos		132.779	28.035
Transferência das contas a rec. de conces. e permissionárias constituição do ativo contratual de concessão, líquidos		(102.877)	-
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(276)	(420)
Redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		33	18
(Redução) nos fornecedores		(7.296)	(1.136)
Aumento nas taxas regulamentares		237	280
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		788	(3.289)
		<u>23.388</u>	<u>23.488</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>28.968</u>	<u>28.468</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.155)</u>	<u>(5.889)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.813</u>	<u>22.579</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		(8.138)	12.631
(Aumento) no intangível		-	(5)
Redução (aumento) nos depósitos vinculados		4.157	(310)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento		<u>(3.981)</u>	<u>12.316</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de novos empréstimos	12	10.273	6.694
Pagamento de debêntures – juros	13	(688)	(1.115)
Pagamento de financiamentos – principal	12	(4.971)	(8.749)
Pagamento de financiamentos – juros	12	(1.204)	(1.568)
Pagamento de dividendos	11	(26.061)	(30.482)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(22.651)</u>	<u>(35.220)</u>
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>(2.819)</u>	<u>(325)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	2.885	3.210
Saldo final de equivalentes de caixa	4	66	2.885
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>(2.819)</u>	<u>(325)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

Transferência de controle - Em comunicado ao mercado em 30 de junho de 2017 a Centrais Elétricas brasileiras S.A. ("Eletrobrás") informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a transferência da participação acionária da ETAU detida pela Eletrosul. A transferência foi anuída pelo Despacho ANEEL nº 3.339/2017, publicado no D.O.U. em 03 de outubro de 2017. Em 04 de junho de 2018 foram assinados o Termo de Transferência de Ações e Quitação e a averbação das ações no Livro de Registro de Ações.

Participação do leilão Eletrobrás – A Taesa e a DME se sagraram vencedoras do lote N do Leilão Eletrobrás nº 01/2018 no qual foi adquirida a participação societária detida pela Eletrobrás de 27,4162% na ETAU, na proporção de 23,0355% para a Taesa e 4,3807% para DME, que optaram por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionistas da ETAU, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobrás. (Vide nota explicativa nº 25 – Eventos Subsequentes)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo contratual de concessão - a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Devido ao motivo da Companhia ter sido adquirida em fase de operação, a taxa de desconto considerada foi a da época da aquisição.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de correção monetária do ativo contratual de concessão – Correção reconhecida com base no índice de correção definido no contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, Índice Geral Preços de Mercado – IGP-M, a partir da entrada em operação do empreendimento.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

de exercícios anteriores.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.6. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

3.8.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2018:

CPC 47 - Conforme mencionado na nota 3.1, a Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.1, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

Como consequência da aplicação do CPC 47, o Ativo financeiro de concessão, cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$132.779, passou a ser classificado como Ativo contratual de concessão. Não houve impacto na mensuração do ativo contratual relativo a períodos anteriores.

CPC 48 - Conforme mencionado na nota 3.3, a Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. Segue quadro com principais impactos da adoção:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 31/12/2017
Ativos financeiros			
Bancos	Custo amortizado	Custo amortizado	2.885
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	4.023
Depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.157
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.684
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	132.779
			148.528
Passivos financeiros			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Fornecedores	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	747
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	16.060
Debêntures	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	10.023
Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	634
			27.464

3.8.2. Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	66	2.885

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista, operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante	12.883	4.023
Taxa de rentabilidade anual acumulada	102,65% do CDI	104,54% do CDI

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituição financeira nacional com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, 100% por meio do FIC de FI Pampulha, fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de “aplicações” da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas ao risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos vinculados	-	4.157

Depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que foi liquidado em 15 de janeiro de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2018. O saldo dos depósitos vinculados foi resgatado e reinvestido em equivalentes de caixa (aplicações financeiras em CDB).

7. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	TRAF	31/12/2017	Adoção inicial do CPC47	31/12/2018
Campos Novos / Santa Marta	10,00%	132.779	(132.779)	-
Circulante		27.539		-
Não Circulante		105.240		-

Linha de transmissão	TRAF	31/12/2016	Adiantamento (a)	Adição (b)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2017
Campos Novos / Santa Marta	10,00%	147.079	473	1.720	13.417	(1.126)	(28.784)	132.779
Circulante		27.433						27.539
Não Circulante		119.646						105.240

(a) Adiantamentos a fornecedores referentes aos custos ainda não incorridos na construção e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data. Quando a Companhia incorrer nos custos, os adiantamentos serão compensados.

(b) A principal adição está relacionada ao reforço:

Localização	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição Atual	REIDI (*)
SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv-50MVA	REA nº 6.281(altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017) - DOU em 17/04/2017.	R\$1.507	R\$10.272	Entrou em operação comercial em 16/09/2018	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017.

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

8. ATIVO CONTRATUAL DE CONCESSÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.8.1, com a entrada em vigor do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, houve a reclassificação do ativo financeiro de concessão para o ativo contratual de concessão.

Linha de transmissão	Adoção inicial do CPC47	Adiantamento	Adição (a)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2018
Campos Novos / Santa Marta	132.779	(473)	9.534	12.856	9.464	(30.012)	134.148
Circulante	27.539						30.760
Não Circulante	105.240						103.388

(a) vide nota explicativa nº 7, letra b.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017		
Resolução nº 2.408 de 28/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Resolução nº 2.098 de 23/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
48.001	(1.960)	46.041	46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – ativo	929	563
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo (*)	17.175	14.252
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL – passivo	16.246	13.689

(*) Valores referentes à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) e CPC 47.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2019	2020	2021	TOTAL
Diferenças temporárias	387	271	271	929

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2018	31/12/2017
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	6.335	5.868

(*) Valores referentes à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) e CPC 47.

11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal	Não houve

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
1	OCR x Reembolso de custos de CCI - STC	6	6	68	67

b) Passivos e despesas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com Controladores						
1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" - Taesa	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento, na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Foi celebrado acordo para regularização de continuidade do pagamento em 23/01/2018, que teve validade a partir do final da vigência do contrato anterior, até a anuência da ANEEL ao pedido de renovação contratual.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Em virtude da postergação do prazo de energização do empreendimento, o contrato foi prorrogado até 30/11/2018 e foi acrescentado o valor de R\$374
3	OCP x - reembolso de despesas e outros - Taesa	R\$14	N/A	N/A	N/A	Ocorreu queda de torres e a TAESA cedeu mão de obra e recursos para realização da manutenção
4	OCP x Serviço de terceiros – O&M - CEEE GT	R\$228 Valor mensal	23/06/2018 a 23/06/2019	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada.	O serviço de transmissão de dados foi inserido no contrato de O&M, no valor mensal de R\$ 16 em 23/06/2018
5	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização – CEEE GT	R\$79 Valor mensal	De 04/01/2016 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IPC-A	Pode ser rescindido por atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela por 90 dias/ descumprimento de qualquer cláusula do contrato	Contrato encerrado em dezembro/16
6	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização – CEEE GT	R\$78 Valor mensal	De janeiro de 2018 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O inadimplemento por qualquer das partes, de obrigação estabelecidas, não sanadas no período de 30 dias contados da notificação emitida pela parte prejudicada; falência ou processo de recuperação judicial, decretada ou homologada, de qualquer das partes.	A contratada responderá pelos danos causados diretamente a contratante ou à terceiros, decorrente de culpa e dolo comprovados na execução das atividades inerentes ao contrato

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
7	OCP x Serviço de terceiros - Reembolso de custos e outros Serviços de engenharia - CEEE GT	N/A	Janeiro e fevereiro de 2018	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não Houve	Serviço de engenharia não previstos e reembolso de custos
8	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	R\$10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes.	Não houve
Transações com empresas ligadas						
9	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - Eletrosul	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M/Junho	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral
10	OCP x Serviço de terceiros - Comunicação multimídia – Eletrosul	R\$5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período
11	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$2 Valor mensal	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Não houve
12	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento	R\$8 Valor anual contratual	04/10/2004 até a extinção da concessão de	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados "pro rata die"	Não houve	Caso uma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	de Instalações (CCI) – Eletrosul	al não corrigido	uma das partes	/ Atualização anual pelo IGP-M		fortuito ou força maior, o presente contrato CCI permanecerá em vigor
13	OCP x Serviço de terceiros – outros – Eletrosul	R\$18 Parcela única	Novembro de 2016 e Dezembro de 2017	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande - SC ao sistema supervisorio SAGE e manutenção
14	OCP x - reembolso de despesas e outros - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1	Back office - Taesa	69	67	837	818
2	Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores - Taesa	368	68	781	204
3	Reembolso de despesa e outros serviços - Taesa	14	-	-	-
4	Transmissão de dados - CEEE GT	19	-	199	170
4	O&M - CEEE GT	209	21	2.678	2.612
5	Serviço de fiscalização - CEEE GT	-	-	-	10
6	Serviço de fiscalização - Montagem Eletromecânica SE LV - CEEE GT	-	-	755	-
7	Reembolso de custos e outros serviços de engenharia - CEEE GT	-	-	53	-
8	Taxa de conservação (CCI) - CEEE GT	-	-	20	19
9	O&M - Eletrosul	373	-	849	834
10	Comunicação multimídia - Eletrosul	10	10	121	122
11	Aluguel de imóvel - Eletrosul	2	-	14	10
12	Contrato de CCI - Eletrosul	-	-	17	15
13	Outros serviços - Eletrosul	-	29	-	31
14	Reembolso de despesa - Eletrosul	-	-	5	2
		1.064	195	6.329	4.847

II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2017	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	31/12/2018
Dividendos a pagar à Taesa	6.067	(13.704)	7.729	92
Dividendos a pagar à Eletrosul	3.163	(7.145)	3.982	-
Dividendos a pagar à Eletrobrás	-	-	48	48
Dividendos a pagar à DME	1.154	(2.606)	1.470	18
Dividendos a pagar à CEEE – GT	1.154	(2.606)	1.470	18
	11.538	(26.061)	14.699	176

Pagamento de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Adicionais	2017	27/04/2018	AGO	14/12/2018	14.523	0,41619
Obrigatórios	2017	27/04/2018	AGO	07/08/2018	146	0,00421
					14.699	
Adicionais	2016	28/04/2017	AGO	07/08/2018	11.392	0,32644
					26.061	

III) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Proporção da remuneração total	2018	2017
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado – Diretoria	2018	2017
Remuneração	184	197

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	25
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	25
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	32
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	32
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	36

Movimentação dos financiamentos						
Financiador	31/12/2017	Captação	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2018
BNDES	646	-	(2)	(5)	(639)	-
BNDES - Automático (a)	12.442	-	1.176	(825)	(3.440)	9.353
BNDES - Finame Alston (a)	231	-	18	(20)	(69)	160
BNDES - Finame Toshiba (a)	2.741	-	211	(257)	(823)	1.872
BNDES -Giro	-	10.273	203	(97)	-	10.379
Total	16.060	10.273	1.606	(1.204)	(4.971)	21.764
Circulante	5.011					4.609
Não circulante	11.049					17.155

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2020	2021	2022	2023	Não circulante	Total
TLP	106	1.142	3.424	3.424	2.283	10.273	10.379
URTJ	1.854	1.834	1.222	-	-	3.056	4.910
SELIC	1.670	1.664	1.109	-	-	2.773	4.443
Taxa Fixa	979	972	81	-	-	1.053	2.032
Total	4.609	5.612	5.836	3.424	2.283	17.155	21.764

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES Automático possui a seguinte cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato: (i) a razão entre a “dívida líquida” e “EBITDA” deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o “índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD” deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

Garantias	Financiadores			
	BNDES - Automático	BNDES – Finame Alston	BNDES - Finame Toshiba	BNDES – Giro
Fiança Corporativa	X	X	X	X

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

13. DEBÊNTURES

Financiador	Movimentação de debêntures			
	31/12/2017	Juros e custos de captação (*)	Juros pagos	31/12/2018
BNP Paribas -1ª emissão	10.023	700	(688)	10.035
Circulante	39			10.035
Não circulante	9.984			-

(*) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo dos custos era de R\$16 (R\$32 em 31 de dezembro de 2017). A amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$16 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

As debêntures foram totalmente adquiridas pelo fundo de investimento "FIC de FI Pampulha".

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$224.

	31/12/2017	Adições	Baixa	Reversões	31/12/2018
Provisões para Riscos Cíveis	495	19	(103)	(77)	334
Provisões para Riscos Trabalhistas	120	98	-	-	218
	615	117	(103)	(77)	552

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$132, sendo R\$46

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

referentes a contingências cíveis e R\$86 a contingências tributárias (R\$152 em 31 dezembro de 2017, sendo R\$66 referentes a contingências cíveis e R\$86 a contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.499)	(2.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.558)	(332)
	<u>(9.057)</u>	<u>(2.966)</u>

Correntes - calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2018	2017
Lucro antes dos impostos	26.692	17.636
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(9.075)	(5.996)
IRPJ e CSLL diferidos sobre ativo financeiro pela mudança de alíquota de presunção – lucro real	-	3.012
Outros	18	18
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(9.057)	(2.966)
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>17%</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesá	18.349.309	52,5838
Eletrobrás	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
Total	<u>34.895.364</u>	<u>100,0000</u>

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro do exercício

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Ratificada pelo AGO de 27/04/2018 (*)	31/12/2018	31/12/2017 (*)
Lucro do exercício	17.635	14.670
Dividendos obrigatórios (1%)	(176)	(147)
Dividendos adicionais propostos	(17.459)	(14.523)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Límite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros do Brasil	20/09/18 a 19/09/19	10.000	-	2
Risco operacional	Sompo Seguradora	19/11/18 a 18/11/19	-	16.491	27
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguradora	19/09/18 a 18/09/19	15.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

18.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e patrimônio líquido.

18.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	12.883	4.023
Custo amortizado:		
- Bancos	66	2.885
- Depósitos vinculados (*)	-	4.157
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias (*)	5.267	4.684

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Ativo financeiro de concessão (*)	-	132.779
	18.216	148.528
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	2.103	747
- Empréstimos e financiamentos	21.764	16.060
- Debêntures	10.035	10.023
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	1.019	634
	34.921	27.464

(*) Até 31 de dezembro de 2017 era classificado como Empréstimos e recebíveis.

18.4. Risco de mercado

18.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

18.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2018	Cenário provável em 31/12/2019
CDI/SELIC (a)	6,40%	6,50%
URTJ (b)	6,98%	7,03%

(a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 01 de março de 2019 – Fonte externa independente.

(b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 01 de março de 2019 – Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2018	Efeito provável no LAIR – janeiro a dezembro de 2019 - aumento (redução)
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários	12.883	14
Passivos financeiros		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2018	Efeito provável no LAIR – janeiro a dezembro de 2019 - aumento (redução)
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
- TJLP	4.910	(2)
- CDI/SELIC	14.494	(15)
		(3)

18.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos são instituições financeiras que atendem a política de investimento da Companhia, cujo risco de crédito é avaliado com base na classificação das principais agências de "rating", índice de Basiléia e patrimônio líquido.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações a receber de concessionárias e permissionárias, o ativo contratual de concessão e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária – CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

18.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos e Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	(346)	(845)	(14.097)	(17.576)	(32.864)
Pré-fixada	(96)	(190)	(829)	(1.109)	(2.224)
Total	(442)	(1.035)	(14.926)	(18.685)	(35.088)

18.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final.

O objetivo da Companhia é administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

18.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

18.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários	5	12.833	4.023	Nível 2

18.8.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto pelos valores detalhados a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros - Ativo financeiro de concessão	7	-	-	132.779	151.951	Nível 3

19. LUCRO POR AÇÃO

	2018	2017
Lucro do exercício	17.635	14.670
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,50537	0,42040

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Remuneração do ativo financeiro de concessão	-	13.417
Remuneração do ativo contratual de concessão	12.856	-
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	-	(1.126)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	9.464	-
Operação e manutenção	12.204	11.788
Construção e indenização	9.534	1.720
Parcela variável	(233)	(168)
Outras receitas (a)	4.931	5.329
Receita operacional bruta	48.756	30.960
PIS e COFINS correntes	(1.875)	(1.738)
PIS e COFINS diferidos	(467)	320
Encargos setoriais - Cota para RGR, P&D e TFSEE	(1.809)	(1.659)
Deduções da receita	(4.151)	(3.077)
Receita operacional líquida	44.605	27.883

(a) Receitas de rede de fronteiras e Demais Instalações –DIT.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2018	2017
Receita operacional bruta	48.756	30.960
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(18.189)	(538)
Receita operacional bruta tributável	30.567	30.422

21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Custos com serviços prestados: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos relacionados aos reforços em fase de construção.

Despesas com serviços prestados: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2018	2017
Renda de aplicação financeira	723	1.734
Receitas financeiras	723	1.734
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.250)	(1.515)
- Variação monetária	(356)	(504)
	(1.606)	(2.019)
Debêntures		
- Juros incorridos	(700)	(1.071)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(2.306)	(3.090)
Outras despesas financeiras, líquidas	(585)	(423)
Despesas Financeiras	(2.891)	(3.513)
	(2.168)	(1.779)

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção dos ativos - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação n°	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Leilão Eletrobrás - Homologação e assinatura do contrato - A Comissão de Alienação do Leilão Eletrobrás, por meio do comunicado n° 15 de 14 de janeiro de 2019, informou que a Diretoria Executiva da Eletrobrás deliberou, em sua unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a homologação do objeto do leilão referente ao Lote N, encerrando formalmente o processo do leilão. Em 14 de março de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de ações, o qual prevê a implementação de condições suspensivas de praxe para o tipo de operação, tais como aprovação do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) e anuência de credores da SPE entre outras. Após o atendimento das referidas condições suspensivas ocorrerá o efetivo fechamento da transação com a transferência das ações adquiridas para a Taesa.

Renúncia do Diretor Técnico - Em 01 de março de 2019 o Diretor Técnico Nelson Gravino renunciou ao cargo que permanece vago.

* * * * *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Cargo vago	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Cargo vago	Rogério Bonini Ruiz (Eletrosul)
Jorge Paglioli Jobim (CEEE-GT)	Vagner Rinaldi (CEEE-GT)
Marcelo Dias Loichate (DME)	Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49